

Maria Zaira Turchi*

Jagunço e jaguncismo:

história e mito no sertão brasileiro

RESUMO: “Jagunço é o sertão” (GSV, p.236), diz o narrador de *Grande sertão veredas*. A história do jagunço Riobaldo é paradigmática na discussão do tema jagunçagem e sertão na literatura brasileira; a figura do jagunço e a instituição da jagunçagem possibilitam compreender a questão do poder no sertão. O objetivo do artigo é, partindo da obra de Guimarães Rosa, examinar o mito do jagunço e suas reconfigurações simbólicas na literatura produzida em Goiás, em que o sistema de jagunçagem apresenta-se como essencial para a construção do prestígio dos chefes e a manutenção do poder.

Palavras-chave:
mito do jagunço,
relações de poder,
literatura goiana.

A história do Brasil está marcada por um exercício privado e organizado da violência em que uma força armada é colocada a serviço de um proprietário rural ou de um chefe para prevenir conflitos ou para resolvê-los. No contexto do sertão, entendido geograficamente como o interior do país, a figura do jagunço é emblemática e a instituição da jagunçagem está relacionada diretamente com a questão do poder num Brasil rural e arcaico. Poderosa síntese dessa realidade está representada na fala do narrador do romance *Grande sertão: veredas*, “Jagunço é o sertão” (ROSA, 1974, p. 236).

Na geografia empírica, o sertão compreende uma vasta área do núcleo central do Brasil que abrange os Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa extensa área não se identifica pelo clima nem pela vegetação, muito diversificados, mas por situar-se distante da costa, distante do mar. Como argumenta Sena (2003, p. 117), “a etimologia da palavra sertão – sartaão, certão – usada pelos navegantes portugueses para designar o interior da África e do Brasil, em oposição ao mar e ao litoral, aponta para um lugar distante, vazio, isolado, inóspito,

desconhecido, e subseqüentemente, rude, atrasado, decadente e inferior”. Decorrente dessa simbolização do espaço, surge uma geografia imaginária na qual o sertão é um espaço indefinido, misterioso, onde se confundem o histórico e o transcendente, o abrangente e o circunscrito, o abstrato e o concreto, instaurando a universalidade na região. A indeterminação da geografia do sertão desnorteia o leitor já no primeiro parágrafo de *Grande sertão: veredas*: “O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. (...) O sertão está em toda parte” (ROSA, 1974, p. 9). O sertão é, ao mesmo tempo, realidade e mito.

A paisagem humana do sertão diversifica-se na figura do sertanejo, do jagunço, do capanga, do cabra, do cangaceiro, do pistoleiro. Se há nuances próprias a cada denominação, essas figuras humanas identificam-se pela valentia e coragem, necessárias para viver num ambiente inóspito, num mundo regido por códigos próprios de honra e de justiça. Quanto à etimologia da palavra jagunço, Deonísio da Silva (2004, p. 470) vai atribuir-lhe uma origem controversa com duas hipóteses que talvez tenham se mesclado no Brasil: *zaguncho*, vocábulo presente na língua portuguesa já no século XVI, provavelmente derivado do árabe *zagal*, designando tanto o pastor como o valentão, por andarem ambos com um cajado; e outra origem ligada a vocábulos africanos – para designar soldado, o quimbundo possui o termo *jungunzu*, e o iorubá, *jagun-jagun*. Qualquer que seja a etimologia, o vocábulo parece estar relacionado desde a origem à idéia de valentia e de imposição pela força.

Câmara Cascudo, em seu *Dicionário do folclore brasileiro*, atribui à palavra jagunço o significado de arma de ataque e defesa, espécie de chuço, pau ferrado, haste de madeira com ferro aguçado. Esclarece Cascudo que o termo jagunço passou a referir-se a “quem o manejava profissionalmente e jagunçada a reunião de jagunços, significando valentões assalariados, capangas, bandoleiros, correspondendo aos cangaceiros do século XX” (s/d, p. 468). O folclorista ainda menciona que o Visconde de Beaurepaire Rohan, no *Dicionário de vocábulos brasileiros* (1889) registra jagunço como guarda-costas de políticos, fazendeiros e senhores de engenho. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em *Novo dicionário da língua portuguesa*, registra capanga, chuço e, um terceiro significado, indivíduo do grupo de fanáticos e revolucionários de Antonio Conselheiro. Se num dos verbetes jagunço aparece relacionado a cangaceiro, no outro, jagunço é atribuído também a fanáticos, seguidores de líder religioso.

Essa fluidez que aparece nos dicionários para designar a figura do jagunço é recorrente em documentos e crônicas da história ou em textos ficcionais, o que permite submeter esses bravos do sertão a uma certa tipologia que

compreende diferentes perfis e contextos. Entre os tipos, encontram-se os jagunços de coronéis que viviam em fazendas ou em pequenas cidades. Em troca de casa, comida e proteção realizavam serviços para garantir a segurança e o poder dos coronéis fazendeiros. Assim, os jagunços de proprietários rurais, na acepção corrente de capangas assalariados que formavam exércitos particulares, constituíam uma força utilizada para o exercício do poder.

Na República Velha, também conhecida por “República dos Coronéis”, o sistema de reciprocidade entre os detentores do poder público e os chefes locais, representados por fazendeiros e coronéis, garantia os arranjos políticos e a divisão de poderes entre a elite. Ao tratar do coronelismo e da jagunçagem em *Grande sertão: veredas*, Sandra Vasconcelos (1997, p. 327), define o jagunço como “empregado a soldo dos latifundiários e fazendeiros, arregimentado entre aqueles que não tinham terra nem trabalho ou entre os homens livres da plebe rural, como os agregados ou moradores, colocavam-se a serviço dos coronéis e estabeleciam com eles uma relação de dependência, oferecendo seu braço armado em troca de proteção”.

Outra modalidade é constituída pelos jagunços de bandos sem pouso fixo, homens livres que optaram pelo modo de vida nômade da jagunçagem, reunidos ora para fazer justiça a modos próprios e coibir a ação de bandidos, ora para espalhar o terror e o medo, invadindo cidades, saqueando, desafiando as autoridades. O cangaceiro, comum no Nordeste brasileiro, é uma espécie de jagunço, que se caracteriza pela errância, fazendo parte de bandos itinerantes liderados por um chefe, sendo o mais famoso deles Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. A semelhança entre jagunços e cangaceiros manifesta-se na organização interna e nas regras de convivência dentro do bando, nas práticas de confisco e saque, nas estratégias de guerra, no tratamento aos inimigos, nos códigos de honra. Como mostra Vasconcelos (1997, p. 321-322), certamente o relato de Optato Gueiros, comandante das forças que mataram Lampião e liquidaram com o cangaço no Nordeste, pelas anotações marginais no exemplar do Acervo João Guimarães Rosa, sugeriu ao escritor mineiro meios de construir as ações dos jagunços em *Grande sertão: veredas*.

Há ainda o jagunço de líder religioso, denominação freqüentemente atribuída aos seguidores de Antônio Conselheiro, às vezes carregada de sentido pejorativo, como sinônimo de capanga ou bandido, associada, ainda, à idéia de fanático. Esse significado pode-se perceber em trecho do romance *Os sertões*: “O sertanejo simples transmudava-se, penetrando-o, no fanático destemeroso e bruto. Absorvia-o a psicose coletiva. E adotava, ao cabo, o nome até então consagrado aos turbulentos de feira, aos valentões das refregas

eleitorais e saqueadores de cidades – *jagunço*” (CUNHA, 2003, p. 118). Willi Bolle critica a forma arbitrária de utilização do termo por Euclides da Cunha para denominar os rebeldes revolucionários da Guerra de Canudos, os seguidores do líder messiânico Antonio Conselheiro. Afirma Bolle (2004, p. 95) que Euclides da Cunha teve amplo sucesso com seu uso tendencioso da palavra *jagunço* que revela a contradição do historiador e escritor na construção de sua obra que oscila entre uma denúncia dos horrores da Campanha para derrotar Canudos e um discurso de legitimação da guerra: ao atraso do sertanejo impõe-se a intervenção militar em nome da modernização.

A denominação de *jagunços* aparece em obras anteriores a de Euclides da Cunha, publicada em 1902, que retratam o movimento messiânico eclodido em 1897, no sul da Bahia. Em 1898, é publicada a “novela sertaneja” *Os jagunços*, de Afonso Arinos, com objetivo de enfatizar a reação heróica dos habitantes de Canudos, onde o escritor nunca esteve. No ano seguinte, em 1899, Manuel Benício, publica *O rei dos jagunços*, que tem por subtítulo “crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos”, episódios que ele presenciou como correspondente do *Jornal do Comércio*. O compromisso com a verdade dos fatos leva Manuel Benício a fazer graves denúncias em relação aos comandantes e a admitir a bravura do inimigo.

A figura do *jagunço* e o *jaguncismo* aparecem freqüentemente em romances e contos que mantêm forte vínculo com fatos históricos ligados ao contexto político, econômico e social brasileiro. O escritor, no entanto, sabe que o passado, sempre presente na consciência de um povo, é mais um amontoado de mitos. A obra literária, paradigma de alta freqüência simbólica, é capaz de perceber que mito é o referencial último a partir do qual a história pode ser compreendida. Como afirma Durand (1992, p. 27), sem as estruturas míticas, não há inteligência histórica possível. Aos fatos históricos que envolvem a figura do *jagunço*, sobrepõem-se as construções literárias da figura mítica do *jagunço*. O *jagunço* e o sertão como representações literárias, em especial desde a segunda metade do século XIX, são temas recorrentes na literatura brasileira.

A transposição artística de uma experiência constitui traço sutil e complexo da invenção literária e não se processa de um modo direto, mas vem acompanhada por um grau de distorção da realidade, na busca de representação de verdades gerais. Mesmo quando parece coincidir com o real, é sempre uma forma de fingimento, porque o que caracteriza o modo de ser da personagem é um como se. A personagem de ficção afigura-se mais ordenada e coerente do que as circunstâncias da história factual e serial, porquanto existe uma totalidade intensiva da vida na arte que transcende a

realidade. As crônicas de jagunços e a realidade do jaguncismo oferecem rico material para os escritores cujas obras muitas vezes transcendem a história para alcançar o território do mito. A representação na literatura se dá por duas vias, às vezes distintas, às vezes complementares: a figura do jagunço de coronel e dos bandos de jagunço a serviço do poder político, agindo com violência e crueldade; e a figura do jagunço vista numa perspectiva de dentro, da psicologia do jagunço e de sua travessia no sertão.

Chapadão do Bugre, romance de Mário Palmério, publicado em 1964 e ambientando no início do século XX, tem seu enredo desencadeado por um destino individual e, como mostra Antonio Candido (1970, p. 143), se alarga para “um panorama bem traçado do coronelismo mineiro sob as formas mais drásticas – as que suscitam, organizam e disciplinam o crime como instrumento de dominação política”. José de Arimatéia que era homem de bem, pacato dentista prático, ao ser traído pela noiva com o filho do patrão, mata-o. É obrigado a fugir e, para garantir sua proteção, torna-se jagunço do coronel Americão Barbosa, inimigo do coronel para quem trabalhava.

A construção literária do jagunço José de Arimatéia revela aspectos que elevam o destino individual. A metáfora com a qual o autor qualifica a personagem e dá título ao primeiro capítulo, “Cavaleiro e montada”, atribui-lhe características de nobreza e altivez. José de Arimatéia, obrigado pelas circunstâncias a assumir o papel de jagunço de coronel, não se livra mais do crime, até a violência final da matança dos mandões que o empregavam. Como mostra Candido (1970, p. 146), o romance é construído numa articulação de três ordens de realidade: a representação do destino individual de José de Arimatéia e os motivos que o transformam em jagunço de coronel; a representação dos coronéis com seus bandos de jagunços para garantir o prestígio e o poder de suas famílias; a força pública atravessando os destinos individuais e a força dos grupos. Há, portanto, em *Chapadão do Bugre* uma representação da ação individual do jagunço e da exploração de seu trabalho dentro de um panorama de imposição do arbítrio na ordem social comandada pelos coronéis.

Uma parcela significativa de autores goianos envereda pelos caminhos de um sertão, território inóspito e selvagem. Contos e romances registram a saga dos desbravadores e garimpeiros, as façanhas dos jagunços e as emboscadas de vingança pessoal e política. À época dos coronéis, donos de grandes campos de criação de gado em Goiás, os grupos de jagunços criaram corpo no Estado. Esses coronéis, a exemplo de outras regiões do Brasil, tinham patentes compradas junto à Guarda Nacional. Eram indicados pelo padre da paróquia ao bispo da prelazia, que os selecionava de acordo com a quantidade de

terras e gado que possuíam, além da capacidade de ter sob seu comando grande número de jagunços. Com grande influência no governo, indicavam os nomes para ocupar os cargos públicos no local. Quando os próprios coronéis não ocupavam os cargos eletivos, indicavam o nome de um protegido para ocupá-lo. Às vezes se opunham aos chefes políticos da Província, ou entravam em contendas, estabelecendo-se nas regiões verdadeiras guerras.

Como diz o escritor Carmo Bernardes no romance *Perpetinha*: “Foi uma época inteira em que os coronéis de jagunçada mandaram e não pediram no sertão” (p. 83). Em outro trecho do romance aparece uma descrição interessante que envolve os tipos de coronéis e seus jagunços:

Em toda parte no sertão dominava um chefe. Tinha um coronel mandão reconhecido como maioral, que vivia cercado de jagunçada. Um soba daqueles saísse no terreiro e desse um grito, os cacundeiros reuniam, pegavam em armas.

Alguns deles, às vezes, eram instruídos. Passavam por conselheiros mansos, mas não queriam que outro tomasse o prestígio deles nas comarcas. Desses assim havia doutores, havia padres. Mas os broncos que não se envolviam em política nem eram aceitos nela, existiam muito por toda parte. Eram excluídos dos assuntos de política, porque eram boçais e possuíam rosário de orelhas de inimigos que mataram e mandaram matar. Traziam o sertão desinquieto. Reuniam cabroeira, saíam flagelando a região, saqueando os arraiais. Tomavam fazendas dos donos que moravam nas cidades grandes. Uns donos que só compareciam nas propriedades deles na quadra das apartações, nas vaquejadas. Quando não mandavam um encarregado. (101)

O trecho ilustra bem que a alcunha de coronel aplica-se a chefes diferentes, podendo incluir até o padre da região. Apresenta também outros nomes com os quais os jagunços são referidos: cacundeiros, de cacunda, variante popular de costas, cabroeira para referir-se a cabras, jagunços, e menciona ainda o costume violento, ao tempo dos coronéis, especialmente em Goiás, de arrancar a orelha do inimigo como prova do serviço realizado – “rosário de orelhas dos inimigos que mataram ou mandaram matar”. Há uma figura no sertão, espécie de jagunço, que é o liquidante, pessoa contratada para cobrar uma dívida. Recorrente em contos de autores goianos, trata-se de uma figura atemorizante que assume o compromisso de receber a dívida ou de trazer a orelha do devedor ao contratante.

A relação entre literatura e história é freqüente na representação do mundo dos jagunços; fatos históricos datados e circunstanciados transformam-se em matéria de ficção. Bernardo Elis publica o romance *O tronco* (1956), que narra os fatos verídicos da expedição punitiva a São José do Duro, hoje Dianópolis, e a traição do juiz, que resultou numa mortandade, representação da vida política em Goiás no início do século XX, com a disputa entre famílias poderosas. O coletor de impostos Vicente Lemos, homem de confiança do governo, é enviado ao norte do Estado a fim de combater o domínio da família do coronel Pedro Melo. Vicente Lemos acredita que a lei deve prevalecer sobre a força, porém o incêndio à coletoria obriga o governo a enviar uma tropa com soldados, comandada pelo juiz Carvalho, que manda invadir a fazenda. Com medo de represália, o juiz foge e deixa a tropa e os jagunços sob fogo cruzado. Os soldados aprisionam os familiares do coronel Pedro Melo a um tronco, sob a ameaça de matá-los caso os jagunços não se rendam. O romance narra a selvageria dos jagunços e a violência dos soldados, numa luta sangrenta que resultou numa mortandade.

O romance *Sete léguas de paraíso*, de Antônio José de Moura, publicado em 1989, pode ser considerado o panorama da vida goiana, num momento histórico definido, nas primeiras décadas do século XX. A personagem central, Santa Dica, bem como a maioria das personagens aparecem no romance com seus nomes verdadeiros, e o episódio narrado enquadra-se nos grandes movimentos messiânicos da humanidade e, particularmente, nos movimentos similares do Brasil (Canudos, Juazeiro, Contestado e Vale dos Sinos). O romance mostra como Goiás era, ao tempo de Santa Dica, o paraíso dos coronéis-fazendeiros, porque a tácita concordância das maiores autoridades da Capital “conferia carta branca para usar a jagunçama e requisitar, se necessário, a polícia a fim de expulsar posseiros de todas as terras do Estado” (MOURA, 1989, p. 164).

O romance *Capangueiros e jagunços*, de Basileu Toledo França, narra parte de uma luta armada entre as famílias Morbeck e Carvalhinho, na confluência do rio das Mortes com o rio Garças, região de garimpos, em 1925. Posteriormente, publica *O triângulo dos diamantes*, livro contendo documentos e depoimentos sobre a disputa que serviram ao escritor para a construção de seu romance, que mantém forte caráter documental.

Numa outra perspectiva, a novela “A busca”, de Bariani Ortencio, que integra a obra *Sertão sem fim* (1965), constrói a figura do jagunço, compondo o seu retrato psicológico e seus dramas íntimos. Bem pouco acontece no plano episódico: Limírio, que vem a ser o narrador dos fatos, é o escolhido pelo patrão, poderoso coronel, para dar cabo à vida de um conhecido valentão,

seu antigo companheiro de infância, Zé da Conceição. Para tal, recebe como adiantamento mula, arreios, roupa, armas e dinheiro e, como prova de ter executado a tarefa, compromete-se a trazer ao mandante a orelha esquerda do meliante. Esperto, Zé da Conceição não se deixa apanhar facilmente e ficam, caçador e caça, perseguindo-se e escondendo-se, num jogo alusivo que é narrado ao longo de cerca de setenta páginas. Nos movimentos da memória, posta em avaliação a partir da perspectiva do tempo presente, vai aos poucos se revelando o perfil psicológico do narrador, e a construção do jagunço do coronel, com suas contradições e dúvidas, suas bravatas e suas culpas. Muito interessante o trecho em que o jagunço revela sua estratégia psicológica para cumprir a ordem de matar o Zé da Conceição: “Eu já tinha feito um plano de odiar muito o Zé, pra modo matar ele com gosto, com motivo. Quando a gente não tem motivo para odiar, a gente inventa um e incute na cabeça aquilo até o ódio aparecer grande, violento. Aí a gente faz o serviço com gosto” (ORTENCIO, 2000, p.185). Ao final da narrativa, porém, não há vencedores, um e outro, matador e moribundo, são apenas dolorosamente humanos.

A construção literária do mito do jagunço encarna a própria contradição de sua circunstância e existência no mundo do sertão: caminham lado a lado mitemas da violência, da coragem, da selvageria, da resistência física, da perícia guerreira, da perspicácia, da astúcia, da capacidade de recuar e retornar a luta com mais intensidade, da frieza diante da morte, da cruzeza, da traição, compondo um retrato físico e psicológico tão amedrontador quanto desconhecido e surpreendente. Certamente, a história do jagunço letrado Riobaldo, personagem narrador do romance *Grande sertão: veredas*, é emblemática na discussão do mito do jagunço que aparece também em contos antológicos de Guimarães Rosa, como “A hora e vez de Augusto Matraga” e o “Famigerado”. Nenhuma outra obra, porém, consegue dar uma visão mais completa do “sistema jagunço” nas suas várias contradições e configurações simbólicas. *Grande sertão: veredas*, no dizer de Walnice Galvão (1972, p. 63) “não é menos cru, com suas traições, torturas, estupro, assassinios, sadismos; mas também não é menos idealizado, em suas lealdades, amores, sentimentos de honra e outros belos sentimentos”.

No romance, há grupos de todos os tipos: bandos armados que espalham a desordem e o terror, invadindo cidades, arrasando o comércio, saqueando, desafiando as autoridades e ofendendo mulheres de famílias; bandos de jagunços como os de Joca Ramiro e Medeiro Vaz, que, sendo contrários ao Governo, buscam instaurar a ordem e a justiça e coibir a ação de bandidos e desordeiros; homens a soldo como Zé Bebelo, que almeja liquidar com os jagunços e trazer o progresso e a civilização para o sertão. Valentões assalariados ou camaradas em armas. Todas essas contradições estão resumidas na fala de Riobaldo:

Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar concertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo. Montante, o mais supro, mais sério – foi Medeiro Váz. Que um homem antigo... Seu Joãozinho Bem-Bem, o mais bravo de todos, ninguém nunca pôde decifrar como ele por dentro consistia. Joca Ramiro – grande homem príncipe! – era político. Zé Bebelo quis ser político, mas teve e não teve sorte: raposa que demorou. Sô Candelário se endiabrou, por pensar que estava com doença má. Titão Passos era o pelo preço de amigos: só por via deles, de suas mesmas amizades, foi que tão alto se ajagunçou. Antônio Dó – severo bandido. Mas por metade; grande maior metade que seja. Andalécio, no fundo um bom homem-de-bem, estouvado raivoso em sua toda justiça. Ricardão, mesmo, queria era e rico em paz: para isso guerreava. Só o Hermógenes foi que nasceu formado tigre, e assassim. E o “Urutú-Branco? Ah, não me fale. Ah, esse... tristonho levado, que foi – que era um pobre menino do destino...” (ROSA, 1974, p. 16)

A história narrada pelo ex-jagunço, Riobaldo, permite compreender o jagunço como um tipo especial de homem violento, que não se confunde, porém, com bandido. No sertão, adota uma conduta de guerra e aventura exigida pelo meio, luta muitas vezes pela justiça e amizade, enfrenta os riscos com determinação e possui uma disciplina e códigos de honra que dão ao jagunço uma dignidade. Daí decorre a aproximação do jagunço de Rosa ao paladino, o cavaleiro andante, da ficção medieval. Em *Grande sertão: veredas* ser jagunço é uma forma de existir no sertão, condição ontológica acentuada pelas questões metafísicas que atormentam Riobaldo. Para Antonio Candido (1970, p. 146), o que marca a estrutura do romance é o princípio de reversibilidade que faz a geografia deslizar para o mistério, o jagunço oscilar entre o cavaleiro e o bandido, entre o masculino e o feminino, expresso na figura do jagunço homem-mulher que é Diadorim, oscilar entre o bem e o mal, na teia complicada da vida: “Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar” (ROSA, 1974, p. 16).

A instituição da jagunçagem reveste-se de importância estratégica para a compreensão do fenômeno da violência e do crime no Brasil, é o que defende Wille Bolle (2004), entendendo o sistema jagunço como um retrato alegórico do Brasil. O sistema jagunço, enquanto instituição situada na esfera da lei e do crime, deixa no romance de ser um fenômeno regional e datado, para se

tornar uma representação do funcionamento das estruturas do país. Para Bolle, o sistema jagunço em *Grande sertão: veredas* é um sistema discursivo-retórico assim representado: num primeiro momento, Riobaldo, como iniciante no combate, critica os discursos dos chefes sobre a jagunçagem; num segundo momento, depois de ter se tornado chefe, ele se torna um porta-voz do sistema jagunço. Isso resulta numa visão de dentro do sistema combinada a uma visão de fora, numa perspectiva auto-reflexiva, evidenciada na cena do julgamento na fazenda Sempre-Verde, na qual “o romancista encena o discurso da jagunçagem para desconstruí-lo” (BOLLE, 2004, p. 124). O crítico, na sua interpretação arguta, faz uma análise minuciosa dos discursos na cena do julgamento, mostrando as estratégias narrativas de confrontar a idealização e a mitificação de alguns jagunços a um processo de negativização e de demonização de outros. A retórica revela-se essencial também no discurso de Zé Bebelo, personagem ambíguo em suas posições, mestre na arte de persuasão. Nesse sentido, a dissimulação, estratégia que sustenta a cena do julgamento, apresenta-se como um eficaz instrumento na manutenção das estruturas de dominação.

Pode-se afirmar que nenhuma outra obra na literatura brasileira oferece uma visão dialética mais completa da figura do jagunço e da jagunçagem do que *Grande sertão: veredas*. No romance, Guimarães Rosa faz dialogar os elementos míticos e metafísicos com os conhecimentos políticos, históricos e sociais, numa alta elaboração estética, o que justifica a grande fortuna crítica existente sobre o livro. No entanto, as várias obras que tematizam a figura do jagunço e a instituição da jagunçagem compõem também o cenário da literatura brasileira e dão conta da representação cultural do país, do imaginário de um povo, construído na diversidade das regiões e de discursos.

Key-words:
gunman's myth,
power relationships,
Goiana literature.

ABSTRACT: “Gunman is the countryside”, (GSV, p.236), says the narrator of *Grande Sertão Veredas*. The history of Gunman Riobaldo is paradigmatic in the discussion of the gunmanship and the countryside theme in the Brazilian literature; the gunman's figure and the gunmanship institution enable us to understand the power matter in the countryside. The aim of the article is, starting from Guimarães Rosa's work, to examine the gunman's myth and his symbolic reconfigurations in the literature produced in Goiás, in which the gunmanship system shows to be essential for the construction of the chiefs' prestige and maintenance of the power.

REFERÊNCIAS

BENÍCIO, Manuel. *O rei dos jagunços*. In: AZEVEDO, Silvia. “O rei dos jagunços de Manuel Benício”: entre a ficção e a história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BERNARDES, Carmo. *Perpetinha*. Um drama nos babaquais. Goiânia: Editora da UFG, 1991.

BOLLE, Willi. *grandesertão.br*: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2004.

CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A., s/d.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

DURAND, Gilbert. *Figures mythiques et visages de l'oeuvre*. De la mythocritique a la mythanalyse. Paris: Dunod, 1992.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FERREIRA, Aurélio. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Capangueiros e jagunços, os caçadores de diamante do Rio das Garças*. Goiânia: CERNE, 1987.

GALVÃO, Walnice. *As formas do falso*. Um estudo sobre a ambigüidade no *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GUEIROS, Optato. "*Lampeão*": memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. 2. ed. São Paulo: Linográfica, 1953.

MOURA, Antônio José. *Sete léguas de paraíso*. São Paulo: Global, 1989.

ORTENCIO, Bariani. *Sertão sem fim*. 2 ed. Goiânia: editora da UFG, 2000.

PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do bugre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 9ª ed. São Paulo: José Olympio, 1974.

SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

SILVA, Deonísio da. *De onde vêm as palavras*. Origens e curiosidades da língua portuguesa. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

VASCONCELOS, Sandra. “Homens provisórios. Coronelismo e jagunçagem em Grande sertão: veredas”. In: *Scripta*. v. 1, n. 1. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997.